



Por decisão do TSE, eleitor terá de entregar o aparelho antes de entrar na cabine. Em caso de recusa, ficará impedido de registrar seu voto

Só votará quem deixar o celular com mesário

» LUANA PATRIOLINO

Cellulares e porte de armas estão proibidos na cabine de votação durante o dia do pleito. A decisão é do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), definida em sessão administrativa ontem. As normas tinham sido aprovadas em plenárias anteriores. Por unanimidade, a Corte referendou as regras e afirmou que o objetivo é “garantir o sigilo do voto” e “evitar eventuais coações aos próprios eleitores”.

Segundo o TSE, na cabine de votação, é vedado portar aparelho de telefonia celular, máquina fotográfica, filmadoras e equipamentos de radiocomunicação ou qualquer acessório que possa comprometer o sigilo do voto. Caso o eleitor se negue a entregar os aparelhos, será impedido de votar. A presidência da mesa receptora também será autorizada a acionar a força policial para “adoção de providências necessárias”.

Na terça-feira, o TSE já tinha decidido sobre o porte de armas de fogo. Ficou definido que, nos locais de votação, nas seções e em outras localidades eleitorais, não será permitido portar armamento nas 48 horas que antecedem o pleito, no dia e nas 24 horas seguintes, no perímetro de 100 metros.

A proibição se aplica a todos os cidadãos, mesmo os que têm autorização para o porte. A exceção é dada somente aos agentes de segurança que estiverem a serviço da Justiça Eleitoral, quando autorizados pelo juiz responsável pela seção ou pelo presidente da mesa receptora. Quem desrespeitar a norma deverá ser

Alejandro Zambrana/Secom/TSE



Os ministros da Corte também proibiram o porte de armas nos arredores das seções eleitorais

alvo de “prisão em flagrante por porte ilegal de armas, sem prejuízo do crime eleitoral incidente”, diz o novo texto do TSE.

O advogado Fernando Neisser, especialista em direito eleitoral, ressaltou que o tribunal deve empreender todas as medidas necessárias para preservar o sigilo do voto. “Sabe-se, pela experiência de eleições recentes, que alguns eleitores têm filmado o processo de votação. Isso ocorre, por vezes, com o fim de editar os vídeos e criar narrativas de desinformação”, explicou. “Em outras situações, a gravação é exigência de quem compra voto ou mesmo de milícias que controlam a manifestação política de determinadas regiões.”

Em 2018, ano da eleição do presidente Jair Bolsonaro (PL), viralizaram imagens e vídeos nas redes sociais e em grupos de WhatsApp de internautas com armas ao lado de urnas eletrônicas, digitando 17, o então número do atual chefe do Executivo.

Grupo de segurança

Presidente do TSE, o ministro Alexandre de Moraes criou um núcleo de inteligência para identificar ações que possam ameaçar as eleições. De acordo com portaria publicada ontem, no Diário de Justiça Eletrônico da Corte, o grupo será composto por representantes do tribunal e das polícias militares de três estados.

A equipe será destinada a “coletar dados e processar informações de interesse da segurança pública durante o período eleitoral de 2022”. Moraes afirmou que o grupo deve “apresentar estudos e sugerir diretrizes voltadas a disciplinar ações de enfrentamento à violência política nas eleições”. O núcleo ainda deve realizar ações permanentes de inteligência para “identificar ameaças à normalidade do pleito”.

Serão três representantes de cada lado, tendo Moraes como presidente da força-tarefa. Para as polícias, os tenentes-coronéis Waldicharbel Gomes Moreira, do Distrito Federal; Lázaro Tavares de Melo da Silva, de Minas Gerais, e José Luís Santos Silva, da Bahia.

Preparativos para o 7 de Setembro

O governo federal determinou que, em caráter excepcional, não haverá expediente em 6 de setembro deste ano nas unidades administrativas dos órgãos e das entidades da administração pública federal localizadas na Esplanada dos Ministérios, “em razão de medidas de segurança de área”. No dia seguinte, o local sediará desfile militar e escolar em comemoração ao Bicentenário da Independência do Brasil, com a presença do presidente Jair Bolsonaro (PL) e outras autoridades.

A decisão consta de portaria do Ministério da Economia publicada no Diário Oficial da União (DOU) de ontem. “Cabe aos dirigentes dos órgãos e entidades, nas respectivas áreas de competência, assegurar a integral preservação e o funcionamento dos serviços considerados essenciais ou estratégicos, inclusive os relacionados à realização do evento ‘Desfile Cívico-Militar’ por ocasião das Comemorações do Bicentenário da Independência do Brasil”, cita o ato. Os preparativos para o feriado

Ed Alves/CB



Ministérios estão sendo decorados para o feriado, que terá desfile cívico

da independência já estão em curso na Esplanada. De acordo com a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF), órgãos locais e federais atuarão de forma integrada em apoio ao desfile cívico-militar.

A área central de Brasília terá segurança reforçada. O acesso à Praça dos Três Poderes será restrito. O

Congresso Nacional, os ministérios da Justiça e Segurança Pública e de Relações Exteriores, e o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) serão protegidos com gradis e por policiais. Além disso, os prédios públicos contarão com segurança própria.

Segundo a SSP-DF, haverá monitoramento em tempo real, por

meio das câmeras, pontos de observação instalados pela segurança pública em locais estratégicos e pela inteligência, com monitoramento de redes sociais, entre outros.

Trânsito

A partir das 17h de terça-feira, a Esplanada será fechada, da alça leste da rodoviária do Plano Piloto até a via L4. As vias serão liberadas para veículos ao fim do desfile e dos atos previstos.

A expectativa é de que seis diferentes movimentos pró-governo marquem presença no evento. O presidente Jair Bolsonaro, candidato à reeleição, tem feito reiterados convites a apoiadores para que participem dos atos.

Conforme a SSP, caso haja manifestantes contrários ao Executivo federal, a área destinada a eles será o estacionamento da Torre de TV, ao lado da Praça das Fontes. O local também será monitorado por câmeras de segurança e terá policiamento reforçado.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

Mudança no cenário econômico favorece Bolsonaro

Recentemente, o jornalista Paulo Markun e a socióloga Ângela Alonso lançaram o documentário *Ecos de Junho*, em exibição na Netflix, no qual tecem uma linha de continuidade entre as manifestações espontâneas dos jovens brasileiros de 2013 e o desfecho daquele processo antissistema, que levou à eleição de Jair Bolsonaro (PL), cinco anos depois. Havia uma disputa política cujo desfecho foi uma guinada à direita, em 2018, mas que ainda não terminou e, de certa forma, está presente nas eleições deste ano, como uma espécie de ajuste de contas.

Grosso modo, essa disputa ocorreu nos quadrantes da ética, da política propriamente dita, da economia e da ideologia, simultaneamente, mas o peso relativo de cada uma dessas variáveis foi se alterando ao longo do processo. No plano da ética, a Operação Lava-Jato foi um fator determinante; na economia, o fracasso da nova matriz econômica; na política, a sua judicialização; e na ideologia, a reação religiosa à revolução de gênero.

Bolsonaro se elegeu em 2018 porque conseguiu levar a melhor nessas quatro frentes, ainda que tenha sido favorecido pelo impacto do atentado que sofreu em Juiz de Fora, onde levou uma facada que o deixou entre a vida e a morte. Nas eleições deste ano, a conjuntura é outra, o peso relativo de cada um dos quadrantes se alterou, mas eles continuam sendo variáveis que precisam ser examinadas separadamente e, também, em interação.

A Operação Lava-Jato acabou, seus protagonistas estão desgastados e sendo responsabilizados por eventuais abusos de autoridade, a ponto de o ex-juiz Sergio Moro, candidato ao Senado no Paraná, estar em risco de não se eleger. Entretanto, a questão da ética na política não morreu, continua sendo uma variável importante da eleição, que somente não está sendo mais explorada porque não se fala de corda em casa de enforcado.

Líder incontestado nas pesquisas, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem muita dificuldade de abordar esse tema, que evoca o mensalão, o escândalo da Petrobras, o triplex de Guarujá e o sítio de Atibaia; Bolsonaro, por causa das “rachadinhas” na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, dos escândalos da Educação e, mais recentemente, do estranho costume familiar de comprar imóveis com dinheiro vivo, também não fica à vontade para falar de corrupção. A tendência é os demais candidatos se beneficiarem do desgaste de petistas e bolsonaristas, que se digladiam nas redes sociais, e que deve ganhar mais peso no debate eleitoral, principalmente Ciro Gomes (PDT) e Simone Tebet (MDB).

A judicialização da política continua sendo um vetor do processo eleitoral, mas numa chave diferente de 2018. Àquela ocasião, o Supremo impediu a candidatura de Lula, que estava com a ficha-suja, por ter sido condenado em segunda instância, o que facilitou a eleição de Bolsonaro; agora, o jogo se inverteu, a condenação de Lula foi anulada e sua candidatura é favorita na disputa, enquanto se arma contra o Supremo uma coalização política interessada em reduzir seus poderes, da qual fazem parte o Executivo, o Legislativo, o Ministério Público Federal e as Forças Armadas. Bolsonaro protagoniza esse processo, mas o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva também pode ser um interessado nesse projeto.

Mudança de cenário

Até a semana passada, dizia-se que a economia derrotaria o projeto de reeleição de Bolsonaro, em razão da recessão, da inflação e do desemprego. O eixo da estratégia de Lula é a comparação do seu governo — que alcançou altas taxas de crescimento quando concluiu o segundo mandato, aumentou o salário real dos trabalhadores e transferiu renda às parcelas mais pobres da população — com o fracasso econômico do governo Bolsonaro.

Os dados do IBGE desta semana, porém, mostram uma mudança significativa de cenário, com retomada da atividade econômica em torno de 1,2%, queda da inflação e redução da taxa de desemprego a 9%, o que pode dar ao projeto de reeleição de Bolsonaro um gás que até agora não tinha. A disputa de narrativas sobre a economia, obviamente, terá de ser politizada, na base do “melhorou pra quem, cara-pálida?”.

Finalmente, a dimensão ideológica. Nas eleições deste, esse quadrante está sendo polarizado pela reafirmação da questão democrática pela sociedade civil, que se contrapôs ao projeto liberal de Bolsonaro. Entretanto, no debate eleitoral, a questão dos costumes ainda tem muito protagonismo, principalmente em decorrência do alinhamento da maioria dos líderes evangélicos com Bolsonaro. O presidente da República capturou o sentimento de defesa da integridade da família unicelular patriarcal, desde 2018.

Em contrapartida, Lula, que se identifica com o lugar de fala dos movimentos de gênero, indígena e negro, não pode assumir as pautas identitárias como principais bandeiras de campanha eleitoral, porque isso poderia lhe custar a eleição. As maiores vantagens estratégicas do ex-presidente são os votos do Nordeste e das mulheres. Bolsonaro trabalha para neutralizá-las.

QUEIMADA NÃO É DA NOSSA NATUREZA.

Provocar queimadas é crime, sujeito a multa e prisão. Caso você veja alguém praticando esse ato prejudicial ao nosso meio ambiente e a todos nós, ligue para 193 e denuncie. A natureza agradece.

EM CASO DE QUEIMADAS, DENUNCIE 193

Secretaria do Meio Ambiente GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

